

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO

ELEONORA ELBA SOBREIRO JAIME
Professora do Departamento de Ensino
Faculdade de Educação/UFPel

Não podemos ter da alfabetização uma visão fragmentária.

A natureza do processo é de tal forma complexa, que tem sido objeto de estudo por parte de profissionais de diferentes áreas do conhecimento e cada um deles privilegia um determinado aspecto.

No entanto, é preciso conhecer o processo da leitura-e-escrita na sua abrangência, em todas as suas "facetas", como diz Magda SOARES(1985).

Os estudos e pesquisas que têm sido realizados enfocam, sobretudo, os aspectos psicológico, psicolingüístico, sociolingüístico e lingüístico, propriamente dito.

No enfoque psicológico, estudam-se os chamados "pré-requisitos" para a aprendizagem da leitura (com base na psicomotricidade), a patologia da linguagem (diferentes disfunções psiconeurológicas) e, mais recentemente, a abordagem cognitiva da alfabetização (psicogênese), baseada na teoria de Piaget e desenvolvida pela pesquisadora argentina Emilia Ferreiro.

A perspectiva psicolingüística aborda temas tais como a maturidade lingüística da criança para a aprendizagem da leitura-e-escrita, as relações entre linguagem e memória, o processamento da informação através da leitura, etc.

Nesses estudos, pouco numerosos no Brasil, destaca-se o trabalho de Mary Kato.

Na visão sociolingüística, verifica-se que a alfabetização está estreitamente relacionada com os usos sociais da língua.

Devem-se, pois, considerar as implicações pedagógicas resultantes das variedades dialetais e revisar os conceitos de "correção" e "incorreção" da linguagem.

No respeito às variedades dialetais da fala, existem três posições:

1. Permitir que o aluno escreva de acordo com sua pronúncia (a escrita alfabética representa qualquer variedade social ou regional).

2. Admitir, durante algum tempo, uma escrita não-convencional ("invented spelling"), dando à criança a oportunidade de adquirir segurança em relação ao sistema alfa-

bético. Através do contato freqüente com a língua impressa, ela irá descobrir e estabilizar as formas convencionais.

3. Trabalhar as variedades regionais ao nível oral, mostrando a escrita como "forma fixa".

É importante lembrar que a função da escola é ensinar a escrever a "norma culta" (necessidade da convenção ortográfica).

Quanto à natureza lingüística da alfabetização, sua importância é indiscutível.

A alfabetização consiste na aquisição do código escrito de uma língua - no nosso caso, o português.

O professor alfabetizador precisa ter uma base sólida de conhecimentos da língua que ensina, bem como dos mecanismos que permitem sua aquisição.

Deve desenvolver as habilidades básicas do ensino de línguas - ouvir, falar, ler e escrever, dando ênfase à linguagem oral, que o aluno domina e que deve servir de ponto de partida para as atividades escritas.

É interessante lembrar, ainda, que o processo de alfabetização, sob o ponto de vista lingüístico, consiste num progressivo domínio de regularidades e irregularidades, o qual não se dá de maneira aleatória, mas que obedece a determinadas "etapas".

Na apresentação dos padrões silábicos (tipos possíveis de agrupamentos ou combinações de fonemas que constituem a sílaba), deve-se obedecer a uma seqüência que leva em consideração fatores como a simplicidade, o léxico (que deve ser conhecido da criança), a produtividade e a freqüência. Exemplos: V (padrão constituído por vogal) - a-ve; e CV (padrão constituído por consoante e vogal) - bo-la são os padrões mais simples e comuns de nossa língua. Devem, pois, ser os primeiros a ser apresentados. Já o padrão Vv (vogal e semivogal) - eu oi, que a maioria das cartilhas apresenta logo após a fixação das vogais, é um padrão complexo que deve ser estudado bem depois - após, por exemplo, CVC (consoante, vogal, consoante - fes-ta; CCV (consoante, consoante, vogal) - bra-ço; e VC (vogal, consoante) - al-ma.

Miriam LEMLE(1987) refere que, para que uma pessoa possa aprender a ler e a escrever, é necessário adquirir algumas capacidades, quais sejam:

1. compreender a ligação simbólica entre sons da fala e letras (idéia de símbolo);

2. perceber as distinções (sutis) entre as letras (discriminação das formas);
3. ter consciência dos sons da fala com suas distinções relevantes na língua;
4. captar o conceito de “palavra” (acasalamento de som e sentido);
5. compreender a organização espacial da página escrita (esquerda/direita).

Dessa multiplicidade de enfoques, resultaram muitas contribuições científicas para que a didática da alfabetização pudesse ser pensada em novas bases.

Durante muito tempo, condicionou-se o êxito da alfabetização à opção metodológica, à escolha de um “bom” método de ensino.

Esse fato revela a ênfase dada ao ensino antes que à aprendizagem.

A preocupação dos educadores estava em saber como se ensina a ler e a escrever, sem se darem conta de que o cerne da questão está em como se aprende a ler e a escrever.

A prática alfabetizadora atual, com raras exceções, consiste em, ainda, seguir uma metodologia considerada tradicional, pois que alguns de seus processos vêm sendo utilizados há séculos.

No entanto, dadas as contribuições científicas a que já fizemos referência, houve uma evolução dos métodos tendo em vista a superação das dificuldades, principalmente a da leitura compreensiva.

A divisão clássica dos métodos de ensino da leitura fez-se em função das “bases psicológicas” envolvidas no processo de aprendizagem - análise e síntese.

O método que toma como ponto de partida uma unidade significativa da linguagem (palavra, sentença, texto) é o “analítico”; e o que dá ênfase especial aos elementos da palavra e aos sons é o “sintético”.

O método analítico - do todo para as partes - compreende os processos de palavração, sentencição, de contos, de unidades de experiência.

O método sintético - das partes para o todo - desenvolve-se mediante os processos: alfabético, fonético e silábico.

O processo alfabético remonta à antiguidade clássica e foi exclusivamente utilizado até a Idade Média.

A alfabetização tinha um caráter elitista: fazia-se em latim e era privilégio dos escribas e “letrados”.

Foi João Batista de La Salle o primeiro a falar numa educação popular, iniciando a alfabetizar no idioma do povo, o francês.

Comenius, pioneiro da Didática, no século XVII, já preconizava o método global (partindo de palavras).

No século XVIII, Nicolas Adam lançou as bases do método analítico e, do século XIX ao XX, podemos citar, entre os seguidores, os nomes por demais conhecidos de Claparède, Decroly e, mais recentemente, Freinet, criador do “método do texto livre”.

No decorrer dessa evolução, houve muitas polêmicas entre os partidários de um e outro caminho, cada um defendendo suas posições.

Mas a metodologia tradicional tem-se mostrado impotente para resolver problemas da aprendizagem da leitura, sobretudo das crianças das classes populares.

No Brasil, como sabemos, a 1ª série é o “ponto de estrangulamento” do sistema escolar e essa situação não se altera há 40 anos!

Milhares de crianças são literalmente “expulsas” da escola, já que esta não lhes dá as necessárias condições para que consigam aprender.

A preocupação com o número crescente de analfabetos gerados pelo próprio sistema escolar e a quebra de mitos, tais como a desnutrição e incapacidade cognitiva das crianças pobres, resultaram numa outra visão mais coerente e inovadora da alfabetização.

Esta consiste na compreensão do processo progressivo de construção, pela criança, da linguagem escrita.

No processo que Emilia Ferreiro chama “apropriação da língua escrita”, a criança percorre um caminho semelhante ao da aquisição da linguagem oral.

A condição para que uma criança aprenda uma língua é estar suficientemente exposta a esta língua, é ter contato sistemático, constante, com falantes do idioma.

Nessa aprendizagem, ela passa por diferentes etapas até chegar ao que se convencionou chamar o “núcleo mínimo de expressão lingüística” em que ela domina um vocabulário básico e já tem estruturada internamente uma “gramática da língua oral”, a qual irá servir-lhe de base no processo de escolarização.

Quando a criança chega à escola, traz uma considerável bagagem lingüística e o papel do professor consistirá em prover as condições para que ela possa estender as suas possibilidades de comunicação, adquirindo as habilidades que ainda não possui (ler e escrever).

Por tudo quanto acabamos de considerar, vimos que o método não é, como diz Berta BRASLAVSKY (1988), uma “panacéia”, um remédio que resolva todos os males da alfabetização.

Também é importante afirmar que não se deve pola-

rizar a “mecanização” e a “construção”, mas ter da aquisição da linguagem escrita uma perspectiva ampla, abrangente, global, que leve em conta todas as suas implicações e que nos permita a utilização de uma pedagogia coerente com essa posição.

BIBLIOGRAFIA:

- BELLENGER, Lionel.** Os métodos de leitura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BRASLAVSKY, Berta.** Problemas e métodos no ensino da leitura. São Paulo: Melhoramentos/USP: 1962.
- _____. O Método: panacéia, negação ou pedagogia? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.66, p.41-48, ago. 1988.
- A IMPORTÂNCIA** da lingüística no processo de alfabetização. Porto Alegre: Secretaria de Educação, 1981. v.2.
- JAIME, Eleonora E. Sobreiro.** A alfabetização e a questão do método. *Revista da Faculdade de Educação*, Pelotas, v.1, n.1, p.9-14, jan-jun 1987.
- LEMLE, Miriam.** Guia teórico do alfabetizador. São Paulo: Ática, 1987.
- SOARES, Magda Becker.** As muitas facetas da alfabetização. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.52 p.19-24, fev. 1985.

UNITERMOS: Alfabetização; aprendizagem; pesquisa educacional; metodologia.